



GCM

CAMPINA GRANDE-PB

Guarda Civil Municipal

Conteúdo de acordo
com o Edital
Legislação comentada
Questões gabaritadas
da banca Idecan



- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- História de Campina Grande - PB
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Direitos Humanos
- Noções De Direito Penal E Processo Penal
- Legislação Extravagante (On-line)
- Legislação e Ética no Serviço Público (On-line)
- Noções de Direito Administrativo(On-line)

DE ACORDO COM EDITAL Nº 03/2026

PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE - PB

Guarda Civil Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Civil Municipal de acordo com o Edital nº 03/2026, da Prefeitura de Campina Grande - PB.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IDECAN*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Noções de Direito Constitucional e Legislação Extravagante disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL	11
LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	14
■ ARTICULAÇÃO DO TEXTO: PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS E OPERADORES SEQUENCIAIS.....	14
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	19
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	21
■ SINTAXE E CONSTRUÇÃO FRASAL.....	23
SINTAXE: PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	30
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	34
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	36
■ FUNÇÕES DAS CLASSES DE PALAVRAS	41
FLEXÃO NOMINAL.....	42
PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO	47
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	50
FLEXÃO VERBAL.....	51
■ PONTUAÇÃO.....	57
■ MORFOLOGIA, ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	61
■ NORMA-PADRÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA: ORTOGRAFIA OFICIAL.....	65
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	66
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	79
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E DEDUÇÃO	79
ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIO.....	79
Avaliação das Condições Utilizadas para Estabelecer a Estrutura Lógica das Relações Apresentadas	79
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES A PARTIR DAS RELAÇÕES FORNECIDAS	80

■ OPERAÇÕES LÓGICAS E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: COMPREENSÃO E ANÁLISE LÓGICA DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	80
■ COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO: FORMAÇÃO DE CONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS	88
RACIOCÍNIO VERBAL	88
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO	88
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL	88
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	89
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	89
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	97
HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB	129
■ HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA	129
LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	131
■ LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO.....	131
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE	131
LEI FEDERAL Nº 13.709, DE AGOSTO DE 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).....	135
LEI FEDERAL Nº 12.527, DE NOVEMBRO DE 2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)	154
■ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	174
■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA	175
■ ÉTICA E MORAL: DEFINIÇÃO E DISTINÇÃO	177
■ VALORES, VIRTUDE, HONESTIDADE, INTEGRIDADE, DECORO E ZELO NO SERVIÇO PÚBLICO: CONCEITOS.....	178
■ ÉTICA, DEMOCRACIA, CIDADANIA E O PAPEL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	179
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADOS À ÉTICA.....	180
APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	180
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	181
PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.....	181
PRINCÍPIO DA MORALIDADE.....	182

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	182
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	183
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	189
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	189
CONCEITO, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	189
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA.....	198
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	199
REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO.....	210
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	212
PRINCÍPIOS EXPRESSOS NO CAPUT DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	212
Legalidade	212
Impessoalidade.....	212
Moralidade.....	213
Publicidade.....	213
Eficiência	214
PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	214
Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público	215
Razoabilidade.....	215
Proporcionalidade.....	215
Motivação.....	215
Continuidade do Serviço Público.....	216
Autotutela	216
■ ATOS ADMINISTRATIVOS.....	216
CONCEITO	216
ATRIBUTOS	217
ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	217
ESPÉCIES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	221
CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	221
VALIDADE E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	223
ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	224
CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	225

■	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	225
	PODER VINCULADO E PODER DISCRICIONÁRIO	226
	PODER HIERÁRQUICO	227
	PODER DISCIPLINAR.....	228
	PODER REGULAMENTAR	228
	PODER DE POLÍCIA.....	229
■	SERVIÇOS PÚBLICOS	232
	CONCEITO, PRINCÍPIOS, CLASSIFICAÇÃO FORMAS DE PRESTAÇÃO, DELEGAÇÃO, CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	232
■	AGENTES PÚBLICOS	242
	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	242
	CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	244
	DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	244
	DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS	250
	ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS	251
	RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO	252
■	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	255
	RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO	255
	RESPONSABILIDADE POR AÇÃO E OMISSÃO ESTATAL	259
	 NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....	 265
■	DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	265
	CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FUNDAMENTOS E DIMENSÕES (GERAÇÕES) DOS DIREITOS HUMANOS.....	265
	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS.....	267
	DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 (ARTS. 5º AO 15)	267
	UNIVERSALIDADE, INDIVISIBILIDADE, INTERDEPENDÊNCIA E IMPRESCRITIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS.....	268
■	POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: DECRETO FEDERAL Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009, E SUAS ALTERAÇÕES – PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3)	268

■ SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS (ONU)	271
SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	276
■ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ADOTADA PELA RESOLUÇÃO Nº 217-A (III) DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, DE 1948	277
■ CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA (DECRETO FEDERAL Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992).....	286
■ PROTEÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS	296
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	297
DIREITOS DA PESSOA IDOSA	298
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	298
DIREITOS DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	299
 NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL.....	 307
■ DIREITO PENAL – PARTE GERAL.....	307
LEI PENAL (NOÇÕES)	307
Lugar do Crime.....	308
Tempo do Crime.....	313
APLICAÇÃO DA LEI PENAL	318
CRIME: CONCEITO, ELEMENTOS, CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	319
EXCLUDENTES DE ILICITUDE	328
EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE.....	329
CONCURSO DE PESSOAS (NOÇÕES)	333
■ CRIMES EM ESPÉCIE – CÓDIGO PENAL (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE DEZEMBRO DE 1940, E ALTERAÇÕES).....	338
CRIMES CONTRA A PESSOA	338
Crimes contra a Vida	338
Lesão Corporal.....	348
Periclitacão da Vida e da Saúde	350
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	354
Furto.....	354
Roubo.....	359
Dano.....	361
Receptacão.....	362

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL: DISPOSIÇÕES GERAIS E CRIMES EM ESPÉCIE.....	363
CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	373
Falsificação de Documento Público e Particular.....	373
Falsidade Ideológica.....	374
Uso de Documento Falso.....	374
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	375
Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração Pública.....	375
Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública: Resistência, Desobediência e Desacato.....	383
■ DIREITO PROCESSUAL PENAL – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (DECRETO-LEI Nº 3.689, DE OUTUBRO DE 1941, E ALTERAÇÕES)	388
INQUÉRITO POLICIAL.....	388
Conceito.....	388
Finalidade.....	388
Características.....	388
Procedimentos.....	390
PROVAS.....	399
Disposições Gerais sobre Prova.....	399
Exame de Corpo de Delito, Perícias e Cadeia de Custódia da Prova.....	403
Busca e Apreensão.....	413
PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	415
Disposições Gerais.....	415
Prisão em Flagrante.....	421
Medidas Cautelares Diversas da Prisão.....	426
Liberdade Provisória.....	427
■ LEI FEDERAL Nº 13.869, DE SETEMBRO DE 2019 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE), CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) E CRIMES PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	434
■ VIOLÊNCIA CONTRA GRUPOS VULNERÁVEIS.....	434

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

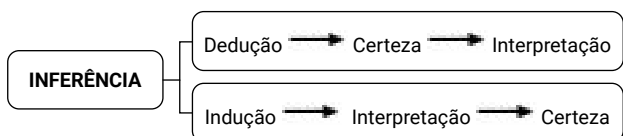
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS E DEDUÇÃO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIO

Avaliação das Condições Utilizadas para Estabelecer a Estrutura Lógica das Relações Apresentadas

Neste tipo de conteúdo, intitulado “**estrutura lógica de relações arbitrárias**”, você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação (do tipo “Maria não é a mais nova”), sejam afirmações (como “João é o mais velho”).

Você perceberá, também, que frases de afirmação fornecem mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes — ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo, não havendo nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para a finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO – 2012) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

- a) Alemanha e 150 cavalos.
- b) Alemanha e 110 cavalos.
- c) Japão e 100 cavalos.
- d) Japão e 110 cavalos.
- e) Brasil e 100 cavalos.

Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque se referem às informações retiradas a partir do enunciado.

1º: o carro X possui 100 cavalos;

2º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês;

3º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.

	100	110	150	Brasil	Alemanha	Japão
X	V	X	X	V	X	X
Y	X	X	V	X	V	X
Z	X	V	X	X	X	V

Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.

2. (FUNRIO – 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE - PB

HISTÓRIA GERAL SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA PARAÍBA

ORIGEM

Inserida numa faixa de transição entre o litoral e o sertão paraibano, a cidade de Campina Grande se formou em uma área de passagem que, desde cedo, favoreceu deslocamentos, trocas e contatos entre diferentes grupos humanos. A história do município fixa o ano de 1697 como marco de fundação, e esse dado continua organizando a memória pública da cidade. Mais do que uma simples data, esse momento representa o início de uma experiência de ocupação que uniu fatores geográficos, interesses coloniais e redes locais de circulação. A posição da localidade no planalto da Borborema ajudou a explicar por que aquele núcleo inicial, ainda modesto, ganhou importância relativamente rápida dentro do interior paraibano.

Quando se examina com mais atenção o início dessa trajetória, percebe-se que a origem de Campina Grande está associada ao aldeamento dos indígenas Ariús sob a ação de Teodósio de Oliveira Lêdo. Isso significa que a história municipal não pode ser contada como se o espaço estivesse vazio à espera de colonizadores, porque havia a presença indígena e também um projeto de reorganização territorial conduzido pela colonização portuguesa. A formalização dessa presença aparece de modo mais claro no final do século XVII, quando o lugar passa a ser reconhecido dentro da lógica administrativa da colônia. O nascimento de Campina Grande, portanto, está ligado a relações de contato, catequese, domínio e adaptação do território aos interesses de ocupação do interior.

À medida que o povoamento se estabilizava, o entorno oferecia condições favoráveis ao cultivo de mandioca, milho e outros gêneros que sustentavam a vida cotidiana dos colonos e das populações locais. Ao mesmo tempo, a posição geográfica do núcleo permitia que ele funcionasse como área de parada e reorganização de viagens entre diferentes zonas da capitania. Com isso, a futura cidade começou a adquirir um papel que ia além do simples assentamento rural, aproximando-se de uma função comercial e articuladora que marcaria toda a sua história posterior.

DA FREGUESIA À CIDADE

Com o crescimento da povoação e o aumento de sua importância regional, vieram as mudanças administrativas que lhe deram maior consistência política. Em 1769, o lugar foi elevado à condição de freguesia, e em 1790 passou à categoria de vila com o nome de Vila Nova da Rainha. Já em 11 de outubro de 1864, ocorreu a elevação à categoria de cidade, marco que consolidou sua posição no quadro urbano paraibano. Cada

uma dessas etapas expressou o avanço da organização institucional, da vida econômica e da autoridade local sobre um espaço em expansão.

No interior desse processo de estruturação, a vida urbana foi sendo desenhada ao redor da igreja, das ruas principais e dos edifícios administrativos. O prédio erguido em 1814, que mais tarde se tornaria referência da memória histórica local, funcionou como cadeia pública e como Casa da Câmara quando Campina Grande ainda se chamava Vila Nova da Rainha. Esse detalhe ajuda a perceber que a cidade oitocentista já dispunha de uma malha institucional mais definida, ainda que seu espaço urbano estivesse longe da complexidade que surgiria no século seguinte. A presença da Câmara, de serviços administrativos e de equipamentos públicos revelava uma localidade em nítido processo de consolidação.

Em meio às exigências da vida no agreste, a questão da água também se tornou parte da formação histórica do município. O Açude Velho, cuja construção remonta ao século XIX e é situada em 1830 na memória local, nasceu como uma resposta à necessidade de abastecimento e logo se integrou ao cotidiano urbano de modo duradouro. Mais tarde, ele deixaria de ser apenas uma solução material para se transformar também em referência espacial, afetiva e simbólica da cidade.

Ao longo do século XIX, a cidade também se inseriu nas tensões políticas mais amplas do Nordeste e do Império. A população local participou dos movimentos de 1817, 1824 e 1848, e em 1874 o município se tornou cenário da insurreição do Quebra-Quilos, motivada pela rejeição a impostos e ao novo sistema de pesos e medidas. A repercussão desse episódio ultrapassou o espaço local e alcançou outras áreas nordestinas, o que confere a Campina Grande um lugar expressivo na história das rebeliões populares brasileiras.

CENTRALIDADE REGIONAL

Desde os seus momentos mais antigos, Campina Grande desenvolveu uma relação muito estreita com o comércio e com a circulação regional. A cidade se firmou como ponto de encontro de caminhos interiores e como espaço favorável à parada de tropeiros, criadores, pequenos produtores e vendedores de diferentes procedências. Essa condição deu origem a uma cultura comercial persistente, que não surgiu por acaso, mas da combinação entre localização geográfica, disponibilidade de gêneros e trânsito constante de mercadorias. Em torno desse movimento, formou-se uma das bases mais estáveis da identidade campinense.

Na prática, a feira não funcionava apenas como local de compra e venda, porque ela reunia experiências sociais muito mais amplas. Era ali que se cruzavam notícias, hábitos, formas de linguagem, acordos de crédito, relações de confiança e modos de sociabilidade próprios do interior nordestino. Com o passar do tempo, esse espaço se transformou em referência cultural de longa duração, associada não só à economia, mas também à memória de como a cidade aprendeu a se reconhecer como centro de circulação regional.

Na parte final do século XIX, essa vocação mercantil já se mostrava plenamente amadurecida. Em 1888, Campina Grande era descrita como uma das localidades mais populosas e prósperas do interior da Paraíba, favorecida pela estrada que ligava os sertões

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SERVIÇO PÚBLICO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

A Lei Orgânica funciona como a base institucional do Município, pois organiza o exercício do poder local, define competências, distribui atribuições entre os órgãos municipais e estabelece os grandes compromissos políticos, administrativos e sociais de Campina Grande.

Logo na abertura, o texto mostra uma marca importante: a valorização da cidadania, da dignidade da pessoa humana, do pluralismo político e da participação popular. Isso indica que a atuação municipal não é pensada apenas como gestão burocrática, mas como instrumento de concretização de direitos e de aproximação entre governo e sociedade.

Outro ponto relevante é que essa Lei Orgânica não trata apenas da organização formal da Prefeitura e da Câmara, mas também disciplina direitos e garantias, mecanismos de controle, instrumentos de planejamento, política tributária, educação, saúde, cultura, meio ambiente, transporte, habitação e proteção de grupos específicos.

Também chama atenção a presença constante da ideia de participação da sociedade civil. O texto prevê plebiscito, referendo, iniciativa popular, assembleia geral, conferências e conselhos.

Em termos práticos, a Lei Orgânica de Campina Grande é um verdadeiro mapa do funcionamento do Município. Quem domina sua estrutura consegue compreender melhor a lógica das competências locais, a atuação dos agentes públicos, os limites do poder e a forma como os serviços e políticas devem ser executados.

Dessa forma, visando à sua melhor preparação para o certame, é indispensável a leitura na íntegra da Lei Orgânica do Município de Campina Grande - PB, disponível no link:

<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campina-grande-pb>

Contudo, a seguir você encontrará o resumo da referida legislação com os pontos mais relevantes à sua preparação.

Bons estudos!

Da Organização do Município

● Dos Princípios Fundamentais e Gerais

O texto inicia afirmando a autonomia política, administrativa, financeira e legislativa do Município, sempre dentro da estrutura federativa brasileira e em harmonia com as Constituições da República e do

Estado. Essa autonomia não significa independência absoluta, mas capacidade de auto-organização, auto-governo, autoadministração e produção normativa em matérias de interesse local. A base dessa organização está ligada à cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho, à livre iniciativa, ao pluralismo político e à participação popular.

A norma também fixa objetivos amplos para a atuação municipal. Entre eles aparecem a construção de uma sociedade mais justa, a promoção do desenvolvimento, a redução das desigualdades e o combate a preconceitos e discriminações.

A soberania popular aparece de forma expressa, pois o poder municipal emana do povo e pode ser exercido tanto de forma indireta, por representantes eleitos, quanto de forma direta, por instrumentos próprios de participação. Além disso, a atuação de entidades associativas recebe espaço relevante, reforçando a lógica de gestão participativa e de fiscalização social da vida pública.

● Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Nesse ponto, a Lei Orgânica reproduz, no âmbito municipal, a proteção dos direitos e garantias fundamentais reconhecidos pela ordem constitucional. O Município assume o dever de respeitar a igualdade, vedar discriminações e assegurar que ninguém seja prejudicado por litigar administrativa ou judicialmente contra órgão municipal.

A norma também valoriza o devido processo administrativo, assegurando publicidade, contraditório, ampla defesa e motivação das decisões. Além disso, garante o acesso à informação sobre projetos públicos, o direito de petição, a obtenção de certidões e a possibilidade de denunciar atos lesivos praticados por órgãos, entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos.

Outro bloco importante está nas vedações impostas ao Município, que não pode, por exemplo, criar embaraços à liberdade religiosa, recusar fé a documento público, estabelecer distinções entre brasileiros ou conceder benefícios fiscais sem interesse público justificado em lei. Essas limitações mostram que a atuação municipal também é contida por regras de neutralidade, legalidade e respeito à ordem constitucional.

● Do Município

A Lei Orgânica define que os Poderes municipais são o Legislativo e o Executivo, independentes e harmônicos entre si. A cidade de Campina Grande é a sede do Governo e do Município, e seus símbolos oficiais incluem bandeira, hino, brasão e canção.

Em seguida, a norma detalha as competências municipais, entre as quais estão legislar sobre interesse local, organizar serviços públicos, instituir tributos, ordenar o território, administrar bens, desapropriar, regulamentar o comércio e fiscalizar diversas atividades. Aparece ainda a possibilidade de cooperação com a União, o Estado e outros Municípios, inclusive por meio de convênios e entidades intermunicipais.

O texto também trata do patrimônio público e da divisão político-administrativa, estabelecendo que os bens municipais devem ser cadastrados, preservados e administrados com critérios técnicos, com restrições importantes para alienação, especialmente quando se

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONCEITO, ORGANIZAÇÃO E FINALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

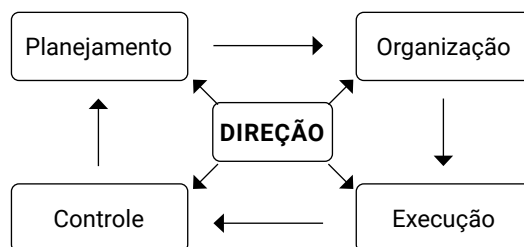
Primeiro, vamos conhecer alguns conceitos básicos da ciência da administração, os quais serão muito úteis no entendimento de toda a matéria.

Ouvimos a palavra “administração” com frequência em nosso cotidiano e, muitas vezes, realizamos ações pertencentes à administração sem nos atentarmos muito, tais como: planejar, organizar, liderar, executar e controlar.

Mas, afinal, qual é o conceito de administração que se deve levar para a prova?

Segundo Maximiano, administração consiste em um processo contínuo de tomada de decisões voltadas à melhor utilização dos recursos disponíveis, com o intuito de atingir determinados objetivos.

Nesse sentido, o processo dinâmico diz respeito às famosas **funções administrativas**; assim, podemos sintetizar a definição: administração é o processo de planejar, organizar, dirigir, executar e controlar o uso dos recursos e as competências, a fim de alcançar os objetivos organizacionais.



Planejamento

O processo de planejamento é o ponto inicial das funções administrativas e tem como objetivo administrar as relações atuais com o futuro.

As decisões de planejamento procuram, de alguma forma, influenciar o futuro ou ser colocadas em prática no futuro.

Podemos, assim, entender que o planejamento estabelece os objetivos, define as metas e decide os métodos de trabalho adequados para o alcance dos objetivos.

Exemplificando: é quando se toma a decisão de construir uma casa e, desse modo, elabora-se o planejamento financeiro, decide-se quando começar e qual a previsão de término, define-se a planta dos cômodos, pesquisam-se os materiais a serem utilizados etc.

Organização

A organização é o processo de dispor os recursos em uma estrutura que facilite a realização dos objetivos. É responsável, então, por distribuir os recursos e as tarefas, resultando, assim, na estrutura organizacional.

Exemplificando: definidos os parâmetros gerais no planejamento, chega o momento de alocar os custos por meio do orçamento e distribuir as tarefas entre os contratados (eletricista, encanador, mestre de obras, pedreiros).

Direção (Liderança)

A direção é o processo de liderar as pessoas, por meio da comunicação e da motivação, para possibilitar a realização das tarefas planejadas.

É considerada a função mais complexa entre as administrativas, pois compreende diversas atividades da gestão de pessoas, tais como coordenação, motivação, comunicação e orientação.

Exemplificando: a direção é o dia a dia da obra, liderando as equipes contratadas, comunicando as necessidades e motivando a execução.

Execução

O processo de execução consiste em realizar as atividades planejadas por meio da aplicação da mão de obra. Executar uma tarefa é o dispêndio da energia física e intelectual dos colaboradores em prol dos objetivos estabelecidos.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FUNDAMENTOS E DIMENSÕES (GERAÇÕES) DOS DIREITOS HUMANOS

As normas de direitos humanos, que são essenciais a uma vida digna, são frutos de um processo de construção e reconstrução que variaram conforme as necessidades humanas e contexto de cada época da história. Esclarecendo detalhadamente, suas regras foram desenvolvidas a partir de uma ação ou luta social, sendo, portanto, uma construção social (consciente e vocacionada) que decorre dessas novas demandas com o objetivo de assegurar a dignidade e evitar o sofrimento humano.

Verifica-se, assim, que os direitos humanos não surgiram de uma vez. Eles são fruto de um desenvolvimento histórico, conforme será explanado no item “O processo histórico de construção e afirmação dos direitos humanos”. Neste primeiro momento, Atente para o fato de que os direitos humanos foram sendo reconhecidos aos poucos.

Os primeiros direitos reconhecidos foram aqueles ligados ao **próprio indivíduo**, como, por exemplo, o direito de viver, de ter bens, de locomover-se. Trata-se de um primeiro olhar do Estado para o indivíduo. Um olhar que reconhece que os seres humanos possuem direitos mínimos e que o poder do Estado **não é** ilimitado. Assim, foram reconhecidas as **liberdades** dos indivíduos, ou seja, seus **direitos civis e individuais** — que abrangem todas as pessoas sem qualquer distinção. Também foram reconhecidos os direitos de participação popular na administração do Estado, isto é, os **direitos políticos**.

Importante!

Os primeiros direitos políticos eram bem limitados, pois estavam restritos a quem detinha a qualidade de cidadão e, por isso, atingiam somente os eleitores. As mulheres, por exemplo, não eram consideradas cidadãs, assim como os estrangeiros, e, conseqüentemente, não possuíam os direitos políticos, embora fossem titulares dos direitos civis mínimos garantidos pelo Estado.

Diante disso, pode-se definir direitos humanos como o conjunto de direitos e de valores previstos no ordenamento jurídico e tratados internacionais, que são aceitos no âmbito internacional com a principal finalidade de garantir mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo maior proteção ao indivíduo do poder arbitrário do Estado.

Vale-se a atenção para não confundir o conceito de direitos humanos com direitos fundamentais. Enquanto os direitos humanos estão previstos na **ordem jurídica internacional**, os direitos fundamentais estão previstos no **ordenamento jurídico interno**, a fim de criar mecanismos de proteção da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico interno do país.

Antes de adentrarmos à sua terminologia, para melhor entendimento, cumpre fazer um paralelo entre os direitos positivados e não positivados.

Os direitos não positivados são aqueles que não se encontram expressamente previstos em nenhuma legislação, como, por exemplo, o direito do homem, pois trata-se de direitos naturais da pessoa humana. Já os direitos positivados são aqueles que encontram-se expressamente previstos na Constituição, como, por exemplo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

Diante disso, pode-se dizer que a terminologia dos direitos humanos encontra-se em direitos positivados no âmbito internacional, razão pela qual eles possuem um tratamento diferenciado no nosso ordenamento. Vejamos os arts. 4º e 5º, da CF, de 1988:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

II - prevalência dos direitos humanos;

[...]

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assim, para sua concretização, os direitos humanos passaram por diversos momentos históricos, com o principal objetivo de garantir direito à dignidade e igualdade para a pessoa humana.

A esses direitos que buscavam a defesa do indivíduo em face do abuso de poder do Estado (são chamados de liberdades públicas negativas ou direitos negativos), dá-se o nome de **direitos de primeira geração/dimensão**, por serem os primeiros direitos tutelados pelo Estado.

Os **segundos direitos** reconhecidos foram aqueles voltados a estabelecer a **igualdade** entre os indivíduos. Depois do olhar inicial para o indivíduo, reconhecendo suas liberdades, o Estado passou a visualizá-lo como membro de uma sociedade. Assim, foi possível reconhecer as diferenças entre as pessoas.

Como consequência, passou-se a exigir um papel mais ativo do Estado, para garantir direitos de oportunidades iguais aos indivíduos por meio de políticas públicas, como, por exemplo, acesso à educação e à saúde, voto feminino, regulamentação das regras trabalhistas e previdenciárias, entre outros. Passou-se, então, a exigir uma ação, e não mais uma omissão do Estado — liberdade positiva ou prestacional. A esses direitos dá-se o nome de **direitos de segunda geração/dimensão**, estando ligados ao poder de exigir do Estado a consecução dos **direitos econômicos, sociais e culturais**.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

DIREITO PENAL – PARTE GERAL

LEI PENAL (NOÇÕES)

A Lei Penal no Espaço

Ao estudar, nos arts. 5º a 8º, do CP, a aplicação da lei penal no espaço, vamos tratar do lugar de incidência da legislação penal brasileira, ou seja, **onde** ela é aplicada. Não veremos, portanto, neste momento, regras de competência, que se encontram nos arts. 70 e seguintes, do Código de Processo Penal (CPP).

● Territorialidade

O princípio adotado para tratar do âmbito da aplicação da lei penal brasileira é o princípio da territorialidade, que se encontra disposto no art. 5º, do CP:

Art. 5º Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

O princípio da territorialidade significa que a lei penal de um país só é aplicável no território do Estado que a editou, sem se preocupar com a nacionalidade do sujeito ativo (autor) ou passivo (vítima).

O princípio da territorialidade pode dar-se de duas formas:

- De forma absoluta (princípio da territorialidade **absoluta**): quando **somente** a lei penal do país é aplicável aos crimes cometidos em seu território nacional;
- De forma temperada, relativizada ou mitigada (princípio da territorialidade **temperada**): quando a lei penal nacional é aplicada geralmente ao crime cometido no território nacional, mas, excepcionalmente, por força de tratados e convenções internacionais, a lei estrangeira é aplicável a delitos praticados em território nacional.

Como **regra**, o Brasil adota o princípio da territorialidade temperada e quatro outros princípios como **exceção**. Vejamos tais princípios:

- **Real, de proteção ou da defesa:** inciso I, § 3º, art. 7º, do CP (exceção: extraterritorialidade). A lei penal leva em conta a nacionalidade do bem jurídico lesado pelo delito, sem se importar com local de sua prática ou da nacionalidade do sujeito ativo;

- **Justiça penal universal**, princípio universal ou da universalidade da justiça cosmopolita, ou da jurisdição mundial ou da repressão universal ou da universalidade do direito de punir: alínea “a”, inciso II, art. 7º (exceção: extraterritorialidade). Cada Estado tem o poder de punir qualquer crime, independentemente da nacionalidade do autor ou da vítima ou, ainda, do local da sua prática. Basta que o criminoso esteja dentro do território do país;
- **Nacionalidade ativa ou princípio da personalidade:** alínea “b”, inciso II, art. 7º (exceção: extraterritorialidade). Segundo o princípio da nacionalidade, a lei penal do Estado aplica-se a seus cidadãos onde quer que se encontrem. O Brasil adota a nacionalidade ativa, que impõe a aplicação da lei nacional ao cidadão que comete crime no estrangeiro, não importando a nacionalidade da vítima;
- **Princípio da nacionalidade passiva:** a lei nacional do autor do crime aplica-se quando este for praticado contra bem jurídico de seu próprio Estado ou contra pessoa de sua nacionalidade;
- **Princípio da defesa real:** prevalece a lei referente à nacionalidade do bem jurídico lesado, qualquer que tenha sido o local da infração ou a nacionalidade do autor do delito. É também chamado de princípio da proteção;
- **Representação ou pavilhão ou bandeira:** alínea “c”, inciso II, art. 7º (exceção: extraterritorialidade). Ficam sujeitos à lei do Brasil os delitos cometidos em aeronaves e embarcações privadas quando ocorridos no estrangeiro e não forem julgados por eles.


● Território Nacional

O texto do art. 5º fala em território. O território que nos interessa é o território jurídico, ou seja, o espaço em que o Estado exerce sua soberania, portanto, o território **nacional**. Ele é composto pelas seguintes partes:

- o solo;
- o subsolo;
- o espaço aéreo correspondente;
- os cursos d’água internos (rios, lagos, mares interiores);
- o mar territorial, assim entendido como a faixa de mar exterior que compreende as **12 milhas marítimas** medidas a partir da linha do baía-mar do litoral continental e insular brasileiro, de acordo com as referências contidas nas cartas náuticas brasileiras (art. 1º, da Lei nº 8.617, de 1993).


Em relação aos rios internacionais que constituem limites entre dois países, normalmente existe tratado sobre o tema que ou determina que a divisa se encontra na linha mediana do leito do rio ou que a divisa acompanhe a linha de maior profundidade da corrente. Se o rio não for divisa, mas sucessivo, como o Amazonas, é indiviso, e cada Estado exerce soberania sobre ele.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)